

HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE UM VEÍCULO DA SECÇÃO REGIONAL DA
MADEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM ESTADO DE USO

HASTA PÚBLICA N.º 1/2026

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Handwritten signature



Artigo 1.º

Objeto

1. A presente Hasta Pública tem por objeto a alienação de uma viatura automóvel da SRMTC.
2. A viatura destina-se a ser alienada a título individual, no estado de uso em que se encontra, sendo nesta condição que os interessados devem apresentar as suas propostas, não podendo reclamar, após a respetiva adjudicação, quanto ao estado de conservação, funcionamento ou utilização do veículo.
3. A título identificativo, encontra-se, no Anexo III ao presente Programa, o registo fotográfico do veículo a alienar.

Artigo 2.º

Normas procedimentais

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa, aplica-se com as necessárias adaptações, o Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual), a Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, que inclui a figura da Hasta Pública para bens móveis; o Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Artigo 3.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a SRMTC, com sede na Rua do Esmeraldo, N.º 24, 9004-554 Funchal, com o número de telefone 291215300 (geral) e com o endereço eletrónico srm@tcontas.pt.

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de abertura da presente hasta pública foi tomada por deliberação do Conselho Administrativo da SRMTC, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Handwritten signature



Artigo 5.º

Condução do Procedimento

1. O procedimento da hasta pública será conduzido por uma Comissão/Júri, designada pelo Conselho Administrativo da SRMTC, composta por 1 (um) presidente, por 2 (dois) vogais efetivos e por 2 (dois) vogais suplentes, cabendo ao 1.º vogal efetivo substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos.
2. A Comissão/Júri do procedimento poderá ser apoiada tecnicamente por outros colaboradores do Serviço de Apoio da SRMTC, caso assim se justifique por razões de ordem logística e/ou de funcionalidade.

Artigo 6.º

Consulta das peças do procedimento

1. As peças do presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, encontrando-se igualmente acessíveis no portal do Tribunal de Contas, através do sítio institucional na Internet em www.tcontas.pt, no separador “Transparência” – “Alienação de património imobiliário e mobiliário.”
2. As peças do procedimento que instruem o processo são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos.

Artigo 7.º

Inspeção prévia

Desde a data de publicação do anúncio no Diário da República, bem como durante o prazo de licitação em leilão eletrónico a decorrer na plataforma eletrónica AcinGov, os interessados poderão, através do endereço eletrónico constante no Artigo 3.º do presente Programa, solicitar a realização de uma visita/inspeção ao veículo objeto da hasta pública.

Artigo 8.º

Esclarecimento de dúvidas na interpretação das peças do procedimento



1. Durante o primeiro terço do prazo fixado no artigo 10.º, n.º1, contado a partir da data de publicação do anúncio, qualquer interessado pode solicitar, por escrito, esclarecimentos à Comissão/Júri através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, ou, em alternativa, através do correio eletrónico srm@tcontas.pt.
2. Os esclarecimentos são prestados por escrito até ao termo do segundo terço do prazo fixado no artigo 10.º, n.º 1, através da plataforma AcinGov e/ou do correio eletrónico.
3. Todos os esclarecimentos prestados pela SRMTC serão publicados na plataforma AcinGov e ficarão visíveis a todos os interessados.

Artigo 9.º

Idioma

Os documentos devem ser redigidos, obrigatoriamente, em língua portuguesa.

Artigo 10.º

Condições de Acesso ao leilão eletrónico

1. No prazo de 8 dias úteis, após a publicação da Hasta Pública no Diário da República, os concorrentes devem, através da plataforma eletrónica AcinGov disponível em <https://www.acingov.pt>:
 - a) manifestar o seu interesse em participar;
 - b) Apresentar a proposta inicial, indicando o preço a oferecer, o qual não pode ser inferior ao valor base.
2. Após a validação prevista no número anterior, os interessados ficam habilitados para eventuais licitações no âmbito do leilão eletrónico, integrante da Hasta Pública.
3. Os concorrentes admitidos ficam habilitados a licitar no leilão eletrónico, podendo manter a proposta inicial ou apresentar licitações de valor superior.
4. Os concorrentes ficam obrigados ao cumprimento do disposto no Art.º 55.º do CCP.

Artigo 11.º

Identificação, localização e caracterização da viatura

1. A viatura objeto da presente hasta pública corresponde a um **automóvel ligeiro de passageiros, da marca Peugeot, modelo 407, executive 1.6, 110 cavalos, com a matrícula 68-JV-62, do ano 2010, a gasóleo, apresentando cerca de 51.000 km.**

Man
8

2. A viatura encontra-se no parque de estacionamento afeto à SRMTC, na Praça Colombo (praça amarela), no Funchal, podendo ser observada pelos interessados nos termos e condições a definir no presente Programa do procedimento.

Artigo 12.º

Destinatários

São destinatários, todos quantos estiverem interessados na aquisição do bem a alienar, nas condições da presente Hasta Pública.

Artigo 13.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator (mais alto) preço de licitação (100%).

Artigo 14.º

Leilão eletrónico (plataforma AcinGov)

1. As licitações são efetuadas integralmente através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov.
2. O leilão eletrónico inicia-se às 09:00 horas do dia 4 de março de 2026 e termina às 18:00 horas do dia 6 de março de 2026.
3. No decurso do procedimento, a entidade adjudicante não pode divulgar, direta ou indiretamente, a identidade dos concorrentes que nele participam.
4. Por motivo justificado, pode a data do leilão eletrónico ser alterada para outra a determinar pela entidade competente para autorizar a alienação.
5. A decisão de alteração da data do leilão eletrónico é publicitada pelos mesmos meios em que foi publicitada a abertura do procedimento.
6. O valor base de licitação é o definido no Artigo 20.º do presente Programa, sendo a partir desse valor que se efetuará a licitação.
7. Durante o período de licitação em leilão eletrónico, todas as questões relacionadas com a mesma devem ser colocadas diretamente à plataforma AcinGov através dos meios disponíveis na mesma.



8. Findo o prazo de licitação, em leilão eletrónico, todos os concorrentes têm um prazo de 2 dias úteis para se pronunciarem, por escrito, e por mensagem, através da plataforma AcinGov, sobre o relatório com o resumo de todas as licitações disponibilizado pelo mesmo meio, para todos os inscritos no leilão eletrónico.

Artigo 15.º

Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo de manutenção das propostas/valor lícitado é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do leilão eletrónico.

Artigo 16.º

Adjudicação

1. A Comissão/Júri elabora uma ata com a proposta de adjudicação, com identificação do concorrente que tiver oferecido o preço mais elevado.
2. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes através da plataforma AcinGov.

Artigo 17.º

Documento de habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, os documentos de habilitação a seguir indicados:
 - a) Declaração do proponente, elaborada nos termos do Anexo I constante do presente Programa, a qual deve ser assinada pelo proponente, ou caso seja pessoa coletiva, por um representante com poderes para o obrigar;
 - b) Declaração do proponente, elaborada nos termos do Anexo II constante do presente Programa, a qual deve ser assinada pelo proponente, ou caso seja pessoa coletiva, por um representante com poderes para o obrigar;
 - c) Certificado de registo criminal para empresários em nome individual;
 - d) Certificado de registo criminal para pessoas coletivas e para os titulares dos órgãos sociais em efetividade de funções;

Handwritten signature and date 11/11/18



- e) Documento comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou no estado de que seja Nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - f) Documento comprovativo de situação regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal ou no estado de que seja Nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - g) Documento com indicação do endereço de correio eletrónico.
2. Os documentos de habilitação devem ser remetidos no prazo de 5 dias úteis, após comunicação de adjudicação, sendo a entrega efetuada através da plataforma, ou em alternativa, por eletrónico (srm@tcontas.pt).
3. A falta de apresentação ou a apresentação não conforme dos documentos indicados no n.º 1 implica a caducidade da adjudicação, sendo o bem adjudicado ao concorrente seguinte.

Artigo 18.º

Falsidade de documentos e de declarações

- 1. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.
- 2. Nas situações previstas no número anterior, a adjudicação é efetuada ao concorrente que, em licitação em leilão eletrónico, tenha apresentado o valor imediatamente abaixo, sem prejuízo da aplicação do disposto no art.º 456.º, do CCP.

Artigo 19.º

Exclusões

- 1. Constitui causa de exclusão das propostas/manifestação de interesse:
 - a) A apresentação de valor, inferior ao valor base da licitação, definido no artigo 20.º.
 - b) A não apresentação da proposta nos termos fixados no Artigo 10.º.



Artigo 20.º

Valor base

O valor base de licitação é de **4.800€**.

Artigo 21.º

Pagamento

1. O adjudicatário deverá efetuar, no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da adjudicação, o pagamento da quantia correspondente a 25% do valor do bem adjudicado, a título de sinal e princípio de pagamento.
2. A SRMTC emitirá documento de quitação da quantia entregue a título de pagamento inicial.
3. Após apresentação dos documentos de habilitação e comunicação pela SRMTC, da respetiva conformidade, o adjudicatário deverá efetuar o pagamento dos restantes 75% do valor do bem, no prazo de 3 (três) dias úteis.
4. O pagamento será ser efetuado por transferência bancária para o IBAN PT50078101120000000664133.
5. O respetivo comprovativo deverá ser enviado para o e-mail srm@tcontas.pt.
6. A falta de pagamento nos prazos previstos nos n.os 1 e 3, por motivo imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação, sendo o bem adjudicado ao concorrente seguinte, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º, revertendo o sinal entregue a favor da SRMTC.
7. O veículo, bem como os respetivos documentos, só serão entregues após o pagamento integral do preço.

Artigo 22.º

Formalização da Transmissão do Bem

1. Não será celebrado contrato escrito entre as partes.
2. A transmissão da propriedade do veículo ocorrerá através do preenchimento e entrega do documento de alteração do título de propriedade, após a confirmação do pagamento integral e cumprimento de todas as condições previstas neste Programa e no Caderno de Encargos.



Artigo 23.º

Aquisição por negociação direta

Quando a Hasta Pública tenha ficado deserta ou não tenha havido lugar a adjudicação por facto imputável aos concorrentes, poderá o veículo ser alienado sem recurso a nova Hasta Pública, por negociação direta com eventuais interessados na compra, por decisão do Conselho Administrativo.

Artigo 24.º

Encargos

1. São encargos dos candidatos todas as despesas inerentes à elaboração e submissão das propostas.
2. No caso do adjudicatário, são de sua responsabilidade os custos e emolumentos eventualmente aplicáveis à alteração do título de propriedade do bem adjudicado.

Artigo 25.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Programa, serão resolvidos pela Comissão/Júri da Hasta Pública, tendo em conta a legislação em vigor.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

**[A QUE SE REFEREM A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E O
ARTIGO 6.º DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 34/2008/M, DE 14 DE AGOSTO]**

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à Hasta Pública n.º 1/2026, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Programa???, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:
 - a) ...
 - b) ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, adaptada nos termos do anexo-II-M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do mesmo Código e artigo 5.º do citado Decreto Legislativo Regional.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....(LOCAL),...(DATA),...[ASSINATURA (4)].

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[A QUE SE REFEREM A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS E O N.º 1 DO ARTIGO 7.º DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 34/2008/M, DE 14 DE AGOSTO]

8. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽⁵⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento por hasta pública n.º 1/2026, respeitante à alienação da viatura da SRMTC em estado de uso, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽⁶⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
9. O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽⁷⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁸⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, na sua atual redação ou, em alternativa, declaração, de acordo com o previsto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal.
10. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

....(LOCAL),...(DATA),...[ASSINATURA ⁽⁹⁾]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁷ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁸ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

⁹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO III
REGISTO FOTOGRÁFICO
PEUGEOT, 2010



[Handwritten signature]



MSH
T.8



Handwritten signature



Maff
8



15/11/17
S



Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signature in blue ink